

Os patriotas mineiros e os inimigos do filosofismo destruidor: um embate de termos, expressões e conceitos.

ESTEVÃO DE MELO MARCONDES LUZ*

I.

Nas primeiras décadas do século XIX, na cidade mineira de Mariana, um conflito se anunciava, colocando em lados opostos muitos cidadãos daquela província. As origens deste conflito são muitas e geraram também sérias consequências. Um dos fatos que contribuiu para aprofundar o conflito refere-se ao padre Antonio José Ribeiro Bhering, que recebera a ordenação das mãos do bispo de Mariana D. Frei José da Santíssima Trindade e que em 1827 era nomeado professor de Filosofia no *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte*. Ocupou o cargo por apenas dois anos, mas este breve período foi suficiente para que seus superiores notassem sua vitalidade e influência. Esta logo seria questionada, pois o rumo “perigoso” que suas ideias tomavam não era condizente com as propostas da diocese. Assim seus superiores decidem orientá-lo a rever suas posições filosóficas, o que não teve efeito imediato.

A carreira do jovem professor naquela instituição é interrompida e as rusgas com o bispo D. Frei José da Santíssima Trindade têm início, gerando um grande embate entre os mineiros. No entanto, Reinhart Koselleck, parafraseando Epiteto, ressalta que “não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles”. (KOSELLECK, 2006:97). Este texto, portanto, busca analisar os termos, expressões e conceitos utilizados neste conflito. Atenta-se para a análise da linguagem que se estabeleceu no embate travado, nos dizeres da época, entre os *tiranos absolutistas* e os *sectários do filosofismo moderno*.

Havia, portanto, dois grupos. O termo “grupo” e sua significação vem de um indicativo de Koselleck quando sugere que a identidade de um grupo pode ser articulada ou produzida no campo linguístico, como uma verdadeira “batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais”. (KOSELLECK, 2006:102). O embate se estabeleceu no plano da linguagem, marcado por frustrações e satisfações, onde o componente afetivo tem importante papel. Como ressaltam Stella Bresciani e Pierre Ansart na apresentação da coletânea *Razão e paixão da política*, “as identificações e as identidades fazem parte das ações políticas e ajustam-se às situações específicas”. Ou seja, “uma afirmação identitária

pode tanto favorecer a confiança em si como a agressividade em relação ao outro”. (BRESCIANI; ANSART, 2002:8-9).

II.

Os dois grupos representavam lados opostos de um jogo político e social que ganhava corpo, o embate entre a manutenção das antigas tradições e a busca por renovação baseada nos princípios liberais. Um jogo de vaidades, de verdades e mentiras, de insultos e declarações apaixonadas se estabelece. Os dois grupos refletiam ainda o conflito travado no Brasil independente entre portugueses e brasileiros, “pugnando por diferentes projetos políticos”. Naquele momento “os principais centros urbanos assistiram a inúmeros episódios de confronto físico entre nacionais e portugueses, que disputavam negócios de variadas modalidades”. (MARSON, 2001:176).

De um lado estavam os *patriotas mineiros*. O termo *patriota* era empregado pelos liberais no sentido de afirmar uma posição política e ideológica dentro da sociedade. O *patriota* era o amigo da pátria, indivíduo dotado de patriotismo e disposto a afirmar este amor e zelo pela pátria aos demais cidadãos. Havia ainda uma relação direta com o lugar de nascimento que reforçava a oposição em relação aos portugueses, com os quais os *patriotas mineiros* tinham um discurso ainda mais áspero. No caso do bispo D. Frei José, português de nascimento, a ira era ainda maior, tanto pela origem, quanto pelo cargo importante que ocupava. Além disto, seus secretários e auxiliares mais próximos na diocese de Mariana eram também frades e portugueses. Os *patriotas* parecem ser também de uma geração mais nova de indivíduos nascidos nas primeiras décadas do século XIX e que por este motivo vivenciaram de forma distinta acontecimentos marcantes da vida política e social do Império como a Independência e a abdicação de D. Pedro I. Esta, aliás, passa a ser associada ao regresso, ao absolutismo, sendo o 7 de abril um estandarte desta nova geração.

Os *inimigos do filosofismo destruidor*, por outro lado, eram justamente os que se opunham publicamente aos *patriotas*. Neste grupo estavam o bispo e membros importantes da diocese, assim como políticos conservadores e padres que lecionavam no Seminário. Eram identificados também como corcundas, déspotas, pés-de-chumbo, caramurus,

anticonstitucionais, servis, absolutistas. As origens da *guerra* – termo adotado por Trindade¹ – podem ser conhecidas analisando o ambiente e o contexto em que o bispo tomou posse do bispado de Mariana.

D. Frei José teve sua posse oficializada em 25 de março de 1820. Não poderia imaginar as dificuldades que teria em Minas Gerais, terra com uma longa tradição de levantes, revoltas e circulação de ideias novas². Por ideias novas me refiro àquelas que possibilitaram transformações radicais na Europa, questionando enfaticamente as instituições e as tradições absolutistas. Ideias liberais que se opunham à continuidade do Antigo Regime e, no caso brasileiro, à continuidade do passado colonial, que poderia ser superado pela Revolução Liberal. A Revolução Francesa “tinha-se erguido contra o passado. O *Espírito das Leis*, o *Contrato Social* e outros livros desse gênero veiculavam pelo mundo as suas teorias triunfantes”. Assim se refere Trindade, ressaltando que estas teorias já norteavam a política de muitas nações e que “Vila Rica, que em cultura, elegância e luxo, rivalizava com cidades europeias, acolheu-as com entusiasmos não disfarçados”. (TRINDADE, 1953:191).

Talvez a impossibilidade de concretizar a *Inconfidência Mineira* (1789), descoberta, devassada e sufocada antes mesmo de seus passos iniciais, havia postergado o sonho mineiro de autonomia e abafado o sentimento de liberdade. A prisão de seus idealizadores e as punições exemplares, como o enforcamento público de Tiradentes, não conseguiram aniquilar este sentimento que se projetou século XIX adentro. Portanto, é possível pensar a primeira metade do século XIX como um período de grandes mobilizações afetivas, que segundo Ansart, seriam próprias dos períodos de revolução ou carismáticos e estariam marcadas por debates e atuações apaixonadas, por mobilização e decepção dos desejos.

* Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). A pesquisa em desenvolvimento conta com bolsa de doutorado da CAPES.

¹ Cônego Raymundo Otávio da Trindade (1883-1962) foi diretor do *Museu da Inconfidência de Ouro Preto* e diretor do *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, cujo importante acervo ajudou a organizar. Religioso e pesquisador da história religiosa de Minas Gerais, teve acesso a documentos importantes para a história da diocese de Mariana, alguns já desaparecidos ou danificados, como “as mimosas cartas do velho bispo, que o roçar do tempo vai gastando sem dó e que irão certamente desaparecer desconhecidas” (p.188). Escreveu sobre o tema e defendeu arduamente o bispo D. Frei José em relação aos conflitos que marcaram seu bispado.

² Neste sentido, vale lembrar que um dos homens mais ilustrados que se envolveu na *Inconfidência Mineira*, o cônego Luiz Vieira da Silva, “o grande apaixonado da Norte América”, como lembrou Trindade, havia sido também professor do Seminário de Mariana, o que serve para exemplificar o histórico do ambiente fortemente impregnado de sentimentos diversos, de paixões e (res)sentimentos, que se verificava nas Minas Gerais.

III.

O século XIX, então, “nasceu sob a égide do embate entre Antigo Regime e Luzes, um sinal, talvez o mais evidente, daquilo que muitos denominaram a *modernidade*”. (NEVES, 2001:73). Este embate, cujas origens vinham se consolidando em um complexo processo desde a Revolução Francesa, arrastou-se século XIX adentro e estabeleceu uma nova cultura política no Império. A *modernidade*, portanto, representava um verdadeiro divisor de águas entre os dois grupos e os conflitos foram inevitáveis no delicado processo de construção do Estado Imperial. O período posterior à Independência fornece um retrato intrincado da busca por garantias, como a Constituição, uma representação nacional, liberdade de pensamento e de expressão, tendo de outro lado os que ansiavam pela permanência de antigos valores.

O conceito de *cidadão*, analisado por Beatriz Santos e Bernardo Ferreira, que surge com a *Revolução Francesa*, ganha corpo no Brasil independente, lançando questionamentos importantes como quem era o brasileiro – o que implicava de certa forma uma adesão ao projeto nacional. Analisando a variação lexical do conceito, Christian Linch indica também que foi após a Independência que começou a se difundir no Brasil uma noção moderna de liberdade, ou seja, “não mais a liberdade dos antigos, republicana clássica ou constitucional antiquaria, ou de liberdade como privilégio, mas de uma liberdade caracterizada pelos direitos e garantias individuais, baseados em critérios isonômicos”. (LINCH, 2009:141-160). Por outro lado, a *Constituição*, enquanto “instrumento de um ideário político, era vista como capaz de assegurar a possibilidade de triunfo das práticas liberais”. (NEVES, 2009:70). O conceito *liberal* ganha ao longo do século XIX o significado de progressista, de portador de ideias avançadas. A própria ideia de *progresso* no século XIX, como demonstra Jacques Le Goff, era herdeira direta das “Luzes e da Revolução”. (LE GOFF, 1984:338-369).

Foi neste cenário de transformações importantes na vida social e política do Império que o embate duradouro e amargo entre os dois grupos ocorreu, com ataques pessoais e aproximações, com humilhações e ressentimentos. No campo conceitual foi marcado por uma disputa semântica e de significação e resignificação de termos e expressões. Havia a

necessidade de estabelecer conceitos comuns para haver unidade de ação política, pois estes eram também articuladores da própria linguagem política. As frases apaixonadas, a mentira e a dissimulação, a omissão e a invenção de fatos imaginados, respondiam, obviamente, a interesses específicos de cada grupo. Somando-se estas características ao zelo pela retórica e argumentação, o resultado era um embate vigoroso e dramático, sendo o uso da linguagem figurativa um meio de combater e defender, de difamar e comover.

O padre Bhering, por exemplo, seria o indivíduo que “fizera chorar lágrimas escaldantes a D. Frei José”, a quem também tinha “amargurado tão cruelmente”. (TRINDADE, 1953:338). Seria um *inditoso sacerdote*, indicando aquele que a princípio não é ditoso, ou infeliz, desgraçado, desventurado. Embora *ordenado após um curso fulgurante*, pregava a sua *mal digerida doutrina subversiva* dentro dos *muros austeros do velho Seminário*. Significa dizer que Bhering fez um curso brilhante, que fora um aluno que se destacava. Mas em oposição a esta expressão segue-se outra, onde Trindade criticava duramente a atuação do padre lançando mão de termos como *doutrina subversiva*, onde deixava clara a ideia de que o jovem professor era uma espécie de revolucionário, que pregava e executava atos visando à transformação ou derrubada da ordem estabelecida. Ou então que era um agitador, agindo de maneira a perturbar as instituições e que assim desejava o caos e a anarquia. O mais grave é que tal situação se verificava dentro dos *muros austeros* do Seminário, cuja expressão indica um local de pouca ou nenhuma flexibilidade, instituição rigorosa, severa, sem luxo e, principalmente, local de opiniões e hábitos bastante rígidos.

Bhering, o *sacerdote infiel e prevaricador*, religioso desobediente, desleal – aqui podemos pensar o termo *infiel* na linguagem eclesiástica como pagão, que não professa religiosamente a fé cristã – estava completamente *empolgado pelas teorias filosóficas que entravam novas e sedutoras na província*. Quanto a estas *teorias filosóficas* pudemos ver acima do que se tratava, no entanto, se entravam *novas e sedutoras na província*, significa dizer que eram atraentes, encantadoras, ou mesmo que poderiam corromper e desviar do caminho tido como certo. Isto leva a uma constatação. Se eram *novas* significa que havia uma relação de dualidade, que estavam em oposição às velhas, nas quais o trabalho do sacerdote fiel deveria se orientar e que representam um ponto chave no debate. Mais grave ainda é que

pregou-as com ardor em suas aulas. Ou seja, em seus sermões e reflexões aquelas *teorias filosóficas novas e sedutoras* eram discutidas com entusiasmo, energia e paixão.

Por outro lado, era homem de *espírito emancipado e prodigiosa erudição*, assim se referiu Trindade em um dos poucos momentos em que relativiza o papel do padre na referida trama. Era um homem de pensamento livre, aberto às novas ideias que circulavam no mundo moderno ocidental e reconhecido por sua instrução e pela qualidade de erudito. Erudição esta que fora retratada por Trindade como prodigiosa, assombrosa, fantástica, maravilhosa, justamente em oposição ao comum e vulgar, numa clara demonstração de distinção.

Por fim, a utilização de termos, expressões e conceitos, assim como a criação de imagens e símbolos presentes neste embate, tinham a intenção de suscitar a desconfiança no grupo adversário e “dependia também de seu grau de dramaticidade para despertar uma paixão enérgica no público”. (SCHIAVINATTO, 2005:365-384). Neste sentido, como ressalta Ansart, a hostilidade era uma forma de persuasão política, de provocar emoção no público.

Dicionários de referência

Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa. Pelo Dr. Fr. Domingos Vieira, dos eremitas calçados de Santo Agostinho. Publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente aumentado. Porto: editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Coordenação de Adalberto Prado e Silva, M. B. Lourenço Filho, Francisco Marins, Theodoro Henrique Maurer Jr., José Curado, Ary Tupinambá Pereira, Aleixo Rosut. São Paulo: Mirador Internacional, 1976.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Por Antonio Houaiss, Mauro de Salles Villar, Francisco Manoel de Mello Franco. Rio de Janeiro: Objetiva; Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia, 2001.

Dicionário de conceitos fundamentais do Cristianismo. Dirigido por Cassiano Floristán Samanes e Juan-José Tamayo-Acosta. Tradução Isabel Fontes Leal Ferreira, Ivove de Jesus Barreto. São Paulo: Paulus, 1999.

Bibliografia

ANSART, Pierre. “História e Memória dos ressentimentos.” In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 15-35.

_____. “Mal-estar ou fim dos amores políticos?” In: *História e Perspectivas*, (25 e 26), p. 55-80, jul/dez, 2002.

_____. “As humilhações políticas”. In: MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 15-30.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CAMILOTTI, Virgínia & NAXARA, Márcia R. C. “História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil”. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.50, p.15-49, jan/jun 2009. Editora UFPR.

CATROGA, Fernando. “Pátria, nação, nacionalismo.” In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares & SOUZA, Julião Soares (coord.). *Comunidades Imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

FEREZ JÚNIOR, João & JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola; IUPERJ, 2007.

_____. *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. “História dos conceitos e história social. In: BENJAMIN, César. *Futuro e Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.97-118.

_____. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.

LE GOFF, Jacques. “Progresso/Reação”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol.1, Memória – História. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p.338-369.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

_____. “Conciliação e esquecimento: Nabuco e a Revolução”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MOREIRA, Luciano da Silva. “Combates tipográficos”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIV, n.1, p.24-41, Belo Horizonte, 2008.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. UNB, 2004.

_____. “Natureza e identidade: três narrativas e a natureza brasílica”. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UNB, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “A guerra de penas: os impressos políticos e a independência do Brasil.” In: *Tempo* – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, vol.4, n.8, 1999, p.41-65.

_____. “Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823)”. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001, p.73.

_____. & NEVES, Guilherme P. “Constituição”. In: FERES JUNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p. 65-90.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Beatriz C. C. & FERREIRA, Bernardo. “Cidadão”. In: FERES JUNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p.43-64.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Entre risos e imagens: a humilhação entre a memória e o esquecimento.” In: MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.365-384.

SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UNB, 2002.

TRINDADE, Raymundo (Cônego). *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. 2ª edição, vol.1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.